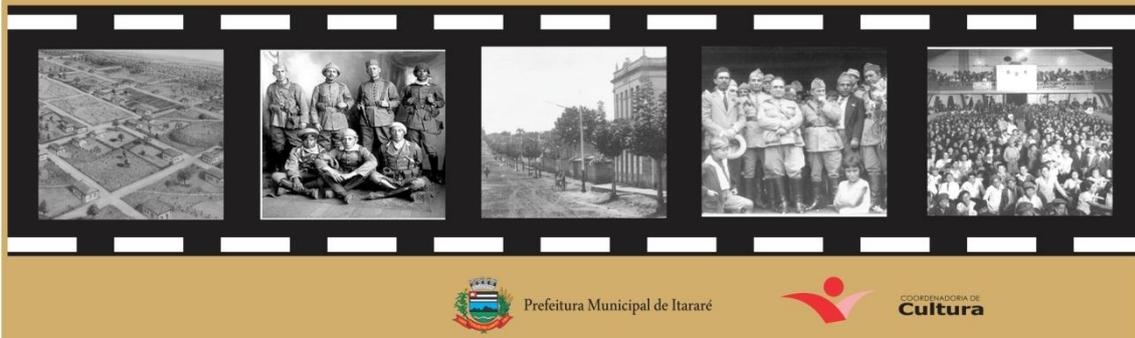


Memórias Que o Rio Cavou



Prefeitura Municipal de Itararé



COORDENADORIA DE
Cultura

As correspondências enviadas pelo Chefe de Polícia do Estado de São Paulo ao Delegado de Itararé nos primeiros anos do século XX

Com a preservação de documentos centenários, podemos compreender a questão policial de uma época através do conteúdo presente nas cartas

Daniel Barreto¹

“Saúde e Fraternidade”: era por meio desta saudação que o chefe da polícia do estado de São Paulo, Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro, despedia-se do delegado de polícia de Itararé após cada correspondência enviada entre 1900 a 1903, tempo em que esteve no cargo.

Guardadas as relações de cordialidade que finalizavam as correspondências, nem de longe as palavras “Saúde” e, tampouco, “Fraternidade” eram veiculadas nas perguntas levantadas, observações, e mais drasticamente, nas imposições exercidas pelo chefe policial de São Paulo ao delegado de uma pequena cidade que na época não contava com dez anos de emancipação.

A virada do século XIX para XX em Itararé assistia a um contexto de mudanças no poder administrativo municipal. Naquele momento, a cidade não possuía o cargo de prefeito, mas um intendente nomeado para a função. Entre os anos abordados nesta pesquisa, o município teve João Aires Dias (1899-

¹ Acadêmico do 6º semestre de licenciatura em História pelas Faculdades Integradas de Itararé.

1901), Belarmino Pinheiro de Carvalho (1901-1902) e Cel. João Mariano Ribas (1902 – 1905) como seus respectivos Intendentes.

A partir da análise das mensagens enviadas pelo prestigiado chefe de polícia Pedro Antônio, revelam-se algumas das maiores ameaças à população, problemas enfrentados nas cadeias públicas, procura de criminosos, pessoas desaparecidas e outras solicitações.

Neste trabalho, tivemos acesso a cinco cartas, preservadas em bom estado de conservação, remetidas pelo chefe da polícia entre 14 de agosto de 1900 e 17 de agosto de 1903 ao delegado de Itararé no período, cujo nome ainda não foi possível identificar. A ortografia utilizada no contexto foi mantida.

Se atualmente muitos dos assassinatos não são completamente esmiuçados e resolvidos pelos órgãos de investigação, há 113 anos esta realidade era ainda mais complicada. Neste sentido, situa-se a primeira das mensagens enviada pelo chefe de polícia, em 14 de agosto de 1900:

Recommendo-vos me informeis sobre o facto de ter o individuo Fidencio de Oliveira asfasinado numa das ruas desta localidade na noite de 28 do pasfado, a Edmundo Gaya.

Em 30 de maio de 1901, o chefe de polícia se encarregava de enviar mais duas correspondências para Itararé. Embora os temas fossem relacionados com a atividade da polícia, não tratavam necessariamente do mesmo aspecto:

Mensagem 1: Affim de satisfazer um pedido do Snr. Consul, da França, recomendo-vos me informeis, com urgência, si reside ou residiu nesta localidade um individuo de nome Lucien Foiz, com 42 annos de idade, natural de Algeria (Africa) casado com Marie Foiz, que segundo consta, para ahi dirigiu-se em 1893.

Mensagem 2: Declaro para vosfo conhecimento e fins convenientes, que desta data em diante fica expresfmente prohibida a remesfa de presos para a cadeia desta capital, sentenciados ou não, sem prévia autorização desta Chefia.

Esta medida é asfim tomada, em vista do excessfivo numero de presos vindos do interior para serem aqui guardados, o que está pondo em perigo a segurança e hygiene da cadeia.

A primeira carta é peculiar por conta de constituir uma solicitação do cônsul da França no país com relação ao paradeiro de um casal de franceses, naturais da hoje independente Argélia, então uma colônia francesa na África.

Chama-nos atenção o ano em que o casal havia se dirigido a Itararé, exatamente o mesmo da emancipação.

A segunda carta demonstra a situação de risco a que os policiais e a população carcerária estavam submetidos. O envio de presos sem precedido aviso do interior para a cidade de São Paulo contribuía para a superlotação das cadeias, acarretando a falta de segurança e de higiene no ambiente.

Um temor bastante recorrente no início do século passado se relacionava a presença de ciganos na região. Em carta enviada em 22 de agosto de 1902, o delegado de Itararé era advertido do perigo do convívio da população da cidade com esses grupos:

Recomendo-vos que, no intuito de defender a propriedade, sempre ameaçada, terminantemente não consintais que dentro desse município bandos de ciganos se abarraquem e exercem suas tropelias.

A “ameaça cigana” era assim entendida pelo fato do movimento de ciganos na região ser dotado de grande intensidade neste período. O comportamento expressado pelo chefe policial entende que o grupo de migrantes era uma ameaça por ocupar a propriedade privada, daí a resistência à presença do grupo.

A última das correspondências consultadas, datada de 17 de agosto de 1903, tratava sobre a questão da higiene especificamente na cadeia da cidade. Já ciente de que as condições não eram nada animadoras, o chefe desejava mais informações sobre a casa de detenção:

Tendo chegado ao meu conhecimento que a casa ocupada ahi pela cadeia se acha em más condições de hygiene, recomendo-vos me informeis a respeito.

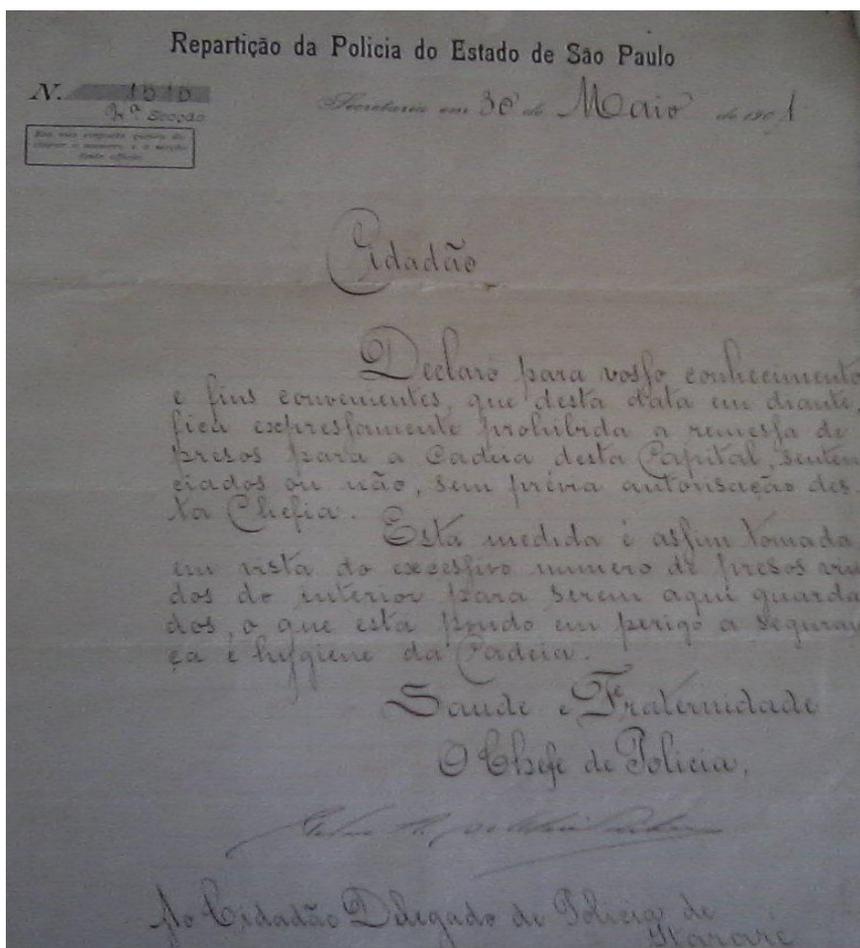
Analisadas as mensagens remetidas de São Paulo, faz-se necessário detalharmos as características biográficas de seu autor. O chefe de polícia, Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro, desempenhava uma posição de destaque no âmbito profissional. Sua trajetória até o começo do século XX estava notadamente consolidada.

Pedro nasceu em 8 de setembro de 1851 no Engenho de Varginhas, município de Laranjeiras, então pertencente a Província de Sergipe. Antes de

chefiar a polícia, foi advogado, promotor público, juiz, deputado e procurador geral do estado de São Paulo.

Como chefe de polícia, exerceu suas funções de 1º de maio de 1900 até meados de 1903, quando foi nomeado para um cargo de ainda maior importância ao longo de sua biografia, isto é, o de ministro do STF (Supremo Tribunal Federal). Faleceu em 29 de junho de 1917, no Rio de Janeiro, aos 65 anos de idade.

A leitura das mensagens policiais vindas de São Paulo com destino a Itararé nos primeiros anos do século XX nos oferece uma breve ideia do panorama, das principais necessidades e inclusive das imposições exercidas por um profissional convicto de suas decisões. Destinchá-las nos ajuda a compreender uma instituição (Polícia), bem como as realizações firmadas dentro desta quando a veiculação de informações possibilitadas pelo uso do telefone e do e-mail eram ainda realidades bem distantes.



Documento da Repartição da Polícia do Estado de São Paulo, enviada em 30 de maio de 1901 ao delegado de polícia de Itararé

Cidadão

Assim de satisfazer um pedido do Sr. Consul da França, recomendo-vos me informais, com urgência, si reside ou reside nesta localidade um indivíduo de nome Lucien Fois, com 42 annos de idade, natural de Algéria (Africa) casado com Marie Fois, que segundo consta, para ali dirigiu-se em 1893.

Trecho de outra correspondência de 30 de maio de 1901, tratando sobre o paradeiro de um casal francês



Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro retratado em pose imponente no início do século XX

Material utilizado:

Correspondências enviadas pela Repartição da Polícia do Estado de São Paulo destinadas a delegado de Itararé entre os anos de 1900 e 1903. Fonte: Acervo Municipal.

Biografia de Pedro Antonio de Oliveira Ribeiro. Disponibilizada em: www.stf.jus.br/portalmministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=136

Julio Gonçalves

Allan Domingues²

Considerações acerca da História

Uma casa não se edifica por ela mesma. Logo, alguém deve firmar os alicerces e estabelecer as bases para se elevar uma construção. O feito se atribui a um indivíduo ou a um conjunto de indivíduos. Todavia, questiona-se: quem é ele ou quem são eles?

Antes de se investigar um determinado acontecimento é necessário estar consciente de que seres humanos são responsáveis por muitos dos fatos e que estes seres humanos possuem características próprias, sentimentos únicos e consciências singulares de mundo. Embora se assemelhem em alguns aspectos, cada sujeito ou grupo social tem conceitos e normas de comportamento diferentes, ainda que em sua grande parte estejam envolvidos e se relacionem com outras organizações sociais.

Nesse sentido os indivíduos assumem variadas identidades; uma pessoa pode ao mesmo tempo ser pai, pertencer à determinada classe social, frequentar certos ambientes, fazer parte de algum partido político, ser membro de alguma instituição religiosa. Enfim, é por meio das práticas sociais e culturais que as pessoas se situam em diversas categorias de identificação.

Sendo assim, também o trabalhador é tomado como sujeito pertencente a uma comunidade que, por sua vez, está englobada na sociedade de maneira mais ampla, comunidade pela qual, buscará defender e também ser reconhecida no que tange a sua importância para o funcionamento do social.

A partir dessa perspectiva é que se expõe a história do operário Julio Gonçalves. A ideia de se narrar de maneira breve alguns episódios do período em que ele esteve ativo em sua função de operador de máquina de nivelamento de asfalto, surgiu de uma conversa que tive com o mesmo. Na ocasião conversávamos sobre o que seria digno de memória para os estudos em História.

Não é rara a compreensão de que o que deve ser lembrado são os atos considerados “heroicos”, os “grandes” personagens políticos, as revoluções, as

² Acadêmico do 4º semestre de licenciatura em História pelas Faculdades Integradas de Itararé.

guerras que assolaram a humanidade. São inúmeras as afirmações que visam apenas a política e a economia para a contemplação histórica.

Entretanto esta visão não mais tem espaço entre os historiadores. Isso não significa que devemos desconsiderar os “heróis” ou “vilões”. Trata-se, porém, de entendê-los enquanto construção possibilitada por determinado contexto, de entender a personagem não pelo louvor ou aversão à figura, mas pela percepção das elaborações que a posicionou na história.

Decorre ainda da concepção fechada da apreciação aos “grandes feitos” ou “aos grandes heróis”, o apagamento da história de personagens ou até mesmo grupos inteiros, relegando os tais ao penoso esquecimento. É no intuito de resgatar as personalidades sem caracterização específica, de trazer à memória a importância das camadas sobrepujadas, que o conhecimento em História tem agido. Com a apresentação desse objetivo é possível compreender o presente texto.

O operário Julio Gonçalves³

Julio Gonçalves nasceu em Itaberá, no bairro de Turiba, em 1934. Com um ano de idade foi morar em Sengés com sua família. Em busca de melhores condições de vida veio para Itararé, junto de sua mãe, em 1953, ano que começou a trabalhar na Prefeitura Municipal como operário. Seu ingresso no serviço público se deu graças ao contato com o feitor de serviços gerais que morava em frente ao paço municipal.

Primeiramente, ele trabalhou na manutenção de estradas. Isso lhe ajudou por que conheceu o município todo. Ficava de segunda a sexta-feira na zona rural tapando os buracos das estradas e aos sábados retornava à cidade para trabalhar na limpeza urbana, carpindo os terrenos sujos e varrendo as ruas. Nesse tempo ele era um dos funcionários mais novos; os outros operários tinham em média entre 60 e 70 anos. Apesar da diferença de idade, não havia desigualdade no tratamento entre eles. Também não havia muitos funcionários trabalhando nesse ofício. No total somavam uma média de 15 funcionários de serviços braçais.

³ Todas as informações contidas nesse item foram retiradas de uma entrevista concedida por Julio Gonçalves no dia 28 de setembro de 2013.

Outra peculiaridade é a de que no tempo que o senhor Julio Gonçalves entrou para trabalhar na prefeitura, o município contava com apenas três caminhões, dentre os quais somente um servia para a coleta do lixo. Aos poucos a situação foi melhorando, embora as condições continuassem limitadas. O fato reflete as dificuldades de recursos financeiros que o município enfrentava.

No início a condição econômica do senhor Julio não era muito boa em virtude do salário que recebia. No entanto, quando passou a operar máquinas de nivelamento de asfalto, sua situação financeira melhorou, pois o salário havia aumentado. No período do governo do senhor José Carlos Magno Neto, os operadores de máquina recebiam o salário mensal, as horas extras e mais um adicional por quilômetro de estradas feitas.

Esses profissionais buscavam fazer além do que lhes era ordenado oficialmente. Quando um cidadão lhes solicitava que asfaltassem ou tapassem algum buraco que se encontrava na rua em frente sua casa, os trabalhadores atendiam aos pedidos com prontidão, ainda que a ordem da prefeitura fosse para a manutenção de apenas uma parte do logradouro.

Entretanto o trabalho não era valorizado pela sociedade. O traje dos operários era motivo de depreciação da imagem por parte da população. Muitos labutavam descalços, com as roupa remendada e com chapéu de palha na cabeça. Certa vez quando voltava para a casa, após um dia cansativo, Julio ouviu uma conversa entre duas pessoas que lhe causou abatimento. Um sujeito perguntara o horário, ao passo que o outro respondeu: “-Acho que já deu 4 horas, porque os vagabundos da prefeitura já vão indo embora!”

Se na cidade havia certo menosprezo para com esses trabalhadores, o contrário ocorria na zona rural. Julio relata que quando iam cumprir alguma tarefa no campo, como a prefeitura não tinha muitos veículos para transportar os operários, eles costumavam almoçar e posar nas casas dos moradores da região. De bom grado a população campesina oferecia o necessário para que pudessem se manter durante a semana na localidade. Tanto era a benevolência do povo rural, que Julio, certa vez, quando fora trabalhar no bairro da Boa Vista, recebeu alimentos e dinheiro dos moradores. Ao calcular o valor de tudo que recebera, ele notou que a importância obtida se aproximava do total que recebia em salário mensal.

Apesar do bom grado das pessoas que viviam na zona rural para com os trabalhadores, estes tinham de dormir mal, pois não tinham com o que se cobrir e os sujeitos que lhes ofereciam a casa para posar, geralmente eram pobres e não podiam propiciar mais que uma cama e um travesseiro. Além dessa questão, outro problema os operários enfrentavam; abatidos pelo cansaço, voltavam exaustos, um após o outro em pé na caçamba do caminhão, não sendo poucas as ocasiões nas quais eram molhados pelas chuvas de fim da tarde.

As dificuldades enfrentadas por esses operários eram muitas. Julio conta a história de um operário, que quando estava em trabalho na área rural, foi atacado por um enxame de abelhas. Como a comunicação era difícil na época, o local onde se encontrava era deserto e o operário estava sozinho, não pode ser socorrido imediatamente. Some-se a isso o fato de que, quando o serviço era na zona rural, o caminhão da prefeitura deixava o trabalhador no local da obra e o passava buscar no fim da tarde. Assim, o operário não pode ser socorrido imediatamente, tendo que se arrastar na esperança de quem alguém o encontrasse. Quando seus companheiros de trabalho o avistaram, rapidamente lhe levaram a Santa Casa para receber os cuidados necessários. Acredita-se que o ataque das abelhas deixara sequelas no trabalhador.

A abertura de muitas ruas do bairro do Jardim Alvorada, do bairro do Ginásio e outras tantas pela cidade e pelo campo, teve a participação de Julio Gonçalves. Todavia, os funcionários eram tidos apenas como cumpridores de ordens, como meros trabalhadores. Com isso a população não tomava conhecimento de quem eram os trabalhadores. Aliás, não tomavam conhecimento da responsabilidade dos operários sobre essas realizações. A população reconhecia o ocorrido unicamente como obra dos prefeitos. Claro que se não houvesse um planejamento da administração municipal, jamais esses operários teriam feito o que fizeram. Se não houvesse ordem para a abertura de ruas, jamais que esses funcionários realizariam a abertura ou manutenção de ruas e estradas. O prefeito é responsável por essas ações, mas não realiza sozinho o trabalho. Ele depende de uma equipe para ter sucesso em seus atos.

É preciso reconhecer que em torno das revoluções, das realizações de um governo, das greves, das guerras ou qualquer outro acontecimento, estão os personagens anônimos, os quais são dotados de uma história. Esses personagens não estão por detrás dos fatos, pois tal afirmativa oculta a

participação desses agentes. Reconhecer que estão em torno dos acontecimentos é também reconhecer que são parte da História, tão importantes quanto os atores protagonistas dos eventos.